Título de Impacto Social

Projeto Família

Margarida Anselmo
margarida@maze-impact.com

Inês Charro
ines@maze-impact.com

Cofinanciado por:

Índice

Sumário Executivo 3
Acrónimos e abreviações 4
Introdução 4
Intervenção 5
Sinalização e assinatura do acordo familiar 6
Fase intensiva de seis semanas 7
Período de follow-up e observação de preservação em seio familiar 7
Modelo de Financiamento: Título de Impacto Social 8
Estrutura do TIS 8
Resultados contratualizados 9
Calendário de execução da intervenção 10
Pedidos de reembolso 12
O processo de pedido de reembolso 12
O reporte físico 13
O reporte financeiro 16
Os atrasos na submissão dos pedidos de reembolso 17
Fluxos de investimento do projeto 18
Gestão da parceria 20
Acompanhamento através do *AidHound* 20
Pontos de situação com a equipa do MDV 21
Reuniões de parceiros 21
Interações relacionadas com os pedidos de reembolso 21
Os investidores 22
O Instituto da Segurança Social, I.P. 22
Próximos passos 23

Sumário Executivo

O Projeto Família faz parte da primeira edição de Títulos de Impacto Social (TIS) cujo investimento é liderado pela Fundação Calouste Gulbenkian e a contratualização é feita através da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social. Este TIS foi lançado em julho de 2017 e é implementado na região do Porto.

O Projeto Família é implementado pela IPSS Movimento de Defesa da Vida e a sua intervenção promove a preservação em seio familiar de crianças e jovens em risco de institucionalização, através do desenvolvimento de competências parentais e relacionais e preparação para a autonomia no seio familiar. A institucionalização de crianças e jovens em risco afeta cerca de 7.000 crianças em Portugal[1] e, de acordo com a OneValue, representa um custo mensal para a Segurança Social de cerca de 700 Euros por criança ou jovem[2].

Os investidores no TIS Projeto Família são a Fundação Calouste Gulbenkian e o Banco Montepio. As entidades implementadoras são o Movimento de Defesa da Vida (responsável pela implementação do projeto no terreno) e a MAZE (responsável pela monitorização e gestão de desempenho do projeto). A entidade responsável pelo pagamento dos resultados e reembolso a investidores é a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social. A entidade pública responsável por acompanhar o projeto é o Instituto da Segurança Social.

O investimento total no projeto é de cerca de 430.000 Euros. O Projeto Família trabalha com 180 crianças e jovens em risco divididos em 9 grupos administrativos para efeitos de medição de resultados. O resultado contratualizado é a preservação em seio familiar de pelo menos12 crianças e jovens por grupo (cerca de 50%). Caso estes resultados sejam cumpridos, os investidores serão reembolsados pelo investimento efetuado.

O presente relatório resume os principais acontecimentos e aprendizagens efetuadas ao longo dos dois primeiros anos do projeto. Os principais pontos a destacar até ao momento e desenvolvidos em detalhe ao longo do relatório são:

Cumprimento do impacto social do projeto. Até à data, o TIS Projeto Família alcançou todos os resultados previstos, evitando a institucionalização de mais de 50% dos participantes. Em alguns grupos, a taxa de sucesso foi de 100%. Este cumprimento é fundamental para atestar o impacto social do projeto.

Aprendizagens com base na análise de dados. O modelo de contratualização por resultados e a gestão de desempenho regular tem dado flexibilidade ao Projeto Família para melhorar a sua intervenção e garantir a adaptação da mesma ao contexto do Porto. Exemplos incluem a otimização do processo de atribuição das famílias às técnicas e a evolução da estrutura de recolha de dados do projeto.

Exigência no reporte financeiro e demora nos reembolsos aos investidores. O processo de reembolso aos investidores carece da aprovação conjunta da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social e do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, sendo a segunda entidade responsável pela verificação da execução financeira. O nível de detalhe do reporte e auditoria financeira praticado nos pedidos de reembolso representa um processo burocrático intenso, que consome uma quantidade desproporcional do tempo das organizações envolvidas nos TIS. A exigência do reporte financeiro foi a principal fonte de atrasos nos reembolsos aos investidores, pela demora na recolha de evidência e pela capacidade de resposta do PO ISE.

Falta de clareza sobre o período pós-TIS. O Instituto da Segurança Social tem acompanhado o projeto ao longo dos últimos dois anos e meio. Os parceiros ainda estão a discutir de que forma é que as aprendizagens do projeto poderão ser incorporadas em política pública.

[1] Instituto da Segurança Social, I.P. (2018) *CASA 2018 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* [online]. Disponível em: http://www.seg-social.pt/publicacoes (consulta: 5 de fevereiro de 2020)
[2] OneValue (2020) *Criança ou jovem em lar de infância e juventude* [online]. Disponível em: https://onevalue.gov.pt (consulta: 5 de fevereiro de 2020)

A equipa da MAZE, autora deste relatório, está a trabalhar ativamente na mitigação dos dois principais riscos identificados neste relatório: o atraso nos reembolsos a investidores e a continuidade do projeto pós-TIS. Tendo em conta os resultados alcançados e o impacto do projeto, a MAZE acredita que esta intervenção deve ser considerada para o portfólio atual de respostas tipificadas pelo Instituto da Segurança Social no âmbito dos Acordos de Cooperação.

Acrónimos e abreviações

CJR	Crianças e jovens em risco
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
EMAT	Equipa Multidisciplinar de Apoio Técnico ao Tribunal
EMPIS	Estrutura de Missão Portugal Inovação Social
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
ISS	Instituto da Segurança Social I.P.
MDV	Associação Movimento de Defesa da Vida
PE	Pedido de esclarecimentos
PF	Projeto Família
PO ISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PR	Pedido de reembolso
TIS	Título de Impacto Social
MAZE	MAZE S.A.
Montepio	Caixa Económica Montepio Geral

Introdução

Este relatório intermédio descreve a execução do Projeto Família e principais aprendizagens recolhidas entre julho de 2017 e janeiro de 2020. No contexto deste relatório, por *projeto* ou *Projeto Família (PF)* entende-se a implementação da metodologia Projeto Família pelo Movimento de Defesa da Vida (MDV) na região Norte, financiada por um Título de Impacto Social (TIS).

O documento divide-se em duas partes principais: **(1) A Intervenção**, que descreve a metodologia do Projeto Família e a sua execução até à data no contexto deste projeto e **(2) O Modelo de Financiamento - Título de Impacto Social**, que resume as principais aprendizagens referentes à sua (I) Estrutura, (II) Resultados Contratualizados, (III) Calendário, (IV) Pedidos de reembolso, (V) Fluxos de investimento e (VI) Gestão da parceria.

Este relatório foi desenvolvido pela MAZE, como parte do seu trabalho de gestão de desempenho do TIS. O objetivo deste documento é sistematizar e partilhar a informação gerada até à data e servir de base para um relatório final da intervenção.

Intervenção

A metodologia Projeto Família, desenvolvida pelo MDV, promove a preservação em seio familiar de crianças e jovens em risco de institucionalização, através do desenvolvimento de competências parentais e relacionais e preparação para a autonomia no seio familiar.

A intervenção divide-se em três momentos chave: **sinalização e assinatura do acordo familiar**, **fase intensiva de seis semana**s e **período de follow-up e observação de preservação em seio familiar**.

Fase 1 - Sinalização e assinatura do acordo familiar

O Projeto Família aplica-se a famílias de crianças e jovens em risco (CJR) sinalizados com medidas de promoção de direitos e proteção.

As famílias são encaminhadas para o Projeto Família por:

- **i) Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJs);**
- **ii) Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais (EMATs);**
- **iii) Por indicação direta do próprio tribunal.**

A intervenção é apresentada à família que aceita, ou não, recebê-la de forma voluntária. O momento de entrada no projeto é celebrado com a assinatura de um acordo familiar.

Fase 2 - Intervenção intensiva de seis semanas

A intervenção junto da família é conduzida por uma técnica do Projeto Família. Durante a fase intensiva, a técnica do Projeto Família realiza sessões de trabalho semanais com a família da(s) CJR sinalizado((a)s). Para além das sessões agendadas, a técnica encontra-se com a família sempre que necessário.

A fase intensiva divide-se em três partes:

- **i) Geração de confiança e identificação de problemáticas;**
- **ii) Definição e validação de competências a desenvolver;**
- **iii) Desenvolvimento de competências e preparação para a autonomia.**

No final desta fase, a família avalia a intervenção através de um formulário.

Fase 3 - *Follow-up* e observação de preservação em seio familiar

A técnica responsável reúne com cada família **1, 3, 6 e 12 meses após a conclusão da fase intensiva**. Outros contactos são feitos de acordo com a necessidade. O período de follow-up permite gerar informação adicional sobre o percurso da família e apoiar a mesma sempre que necessário.

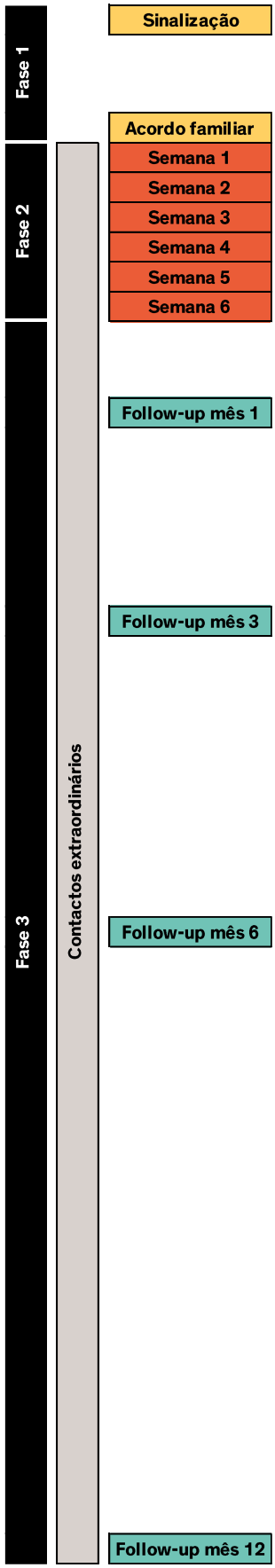


Figura 1 - Estrutura da intervenção. Projeto Família. Fonte: MAZE e MDV.

No contexto deste projeto, o resultado contratualizado é a preservação em seio familiar das CJR por um mínimo de 9 meses após o fim da fase intensiva. No follow-up realizado 12 meses após a conclusão da fase intensiva, a técnica do Projeto Família já consegue estimar, de forma informal, se a preservação familiar se verificou para as CJR da família em questão.

Sinalização e assinatura do acordo familiar

Entre julho de 2017 e dezembro de 2019 o Projeto Família recebeu sinalizações de 302 crianças e jovens em risco, distribuídos por 144 famílias. Os motivos de sinalização mais frequentes foram: problemas de carência de competências, conflitos parentais, violência familiar, problemas de comportamento junto dos filhos, negligência na educação e higiene, gravidez adolescente e desafios de saúde mental.

De 302 crianças e jovens sinalizados, foram incluídos no projeto 183 crianças e jovens de 119 famílias. Esta diferença é maioritariamente explicada por haver CJR a beneficiar da intervenção pela segunda vez[3]. Outros motivos incluem: famílias que não aceitaram participar no projeto, situações que a equipa técnica do Projeto Família considerou incompatíveis com a metodologia e desistências nas primeiras 4 semanas[4].

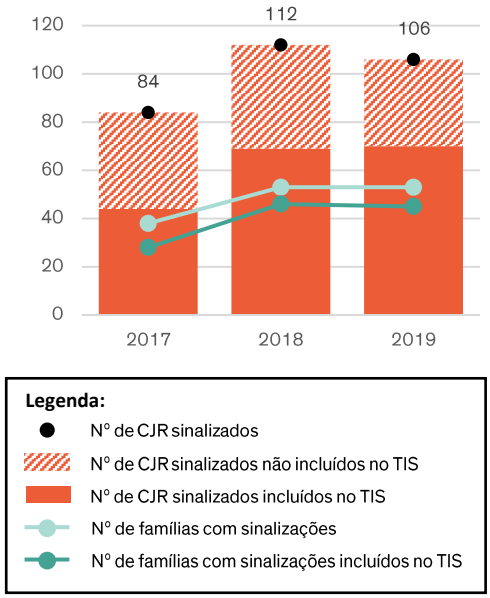


Figura 2 – Evolução do nº de CJR e famílias sinalizadas.
Fonte: MAZE, a partir de dados partilhados pelo MDV.

É relevante sublinhar que as 119 famílias com quem o MDV trabalhou durante o TIS representam um universo de 243 crianças, uma vez que nem todas as crianças dentro da mesma família são sinalizadas. Isto significa que houve 60 crianças e jovens adicionais, não refletidos nos resultados do projeto, que beneficiaram direta ou indiretamente da intervenção.

41% das crianças e jovens com quem o MDV trabalhou até ao momento foram encaminhados pela CPCJ do Porto Oriental. As EMATs encaminharam 31% das sinalizações. As restantes sinalizações foram encaminhadas pela CPCJ do Porto Ocidental, CPCJ do Porto Central, CPCJ Gaia Norte e diretamente pelos tribunais de família e menores.

Em média, decorreram 21 dias entre a sinalização e a atribuição de uma técnica à família. No entanto, em metade das sinalizações analisadas passaram-se no máximo 14 dias entre a sinalização e atribuição da família. A atribuição foi consideravelmente mais rápida do que em experiências anteriores do MDV com o Projeto Família. Isto foi o resultado de um maior número de técnicas dedicadas e consequente capacidade de resposta, disponível graças ao TIS. Em média, decorreram 12 dias entre a atribuição e a primeira reunião com a família.

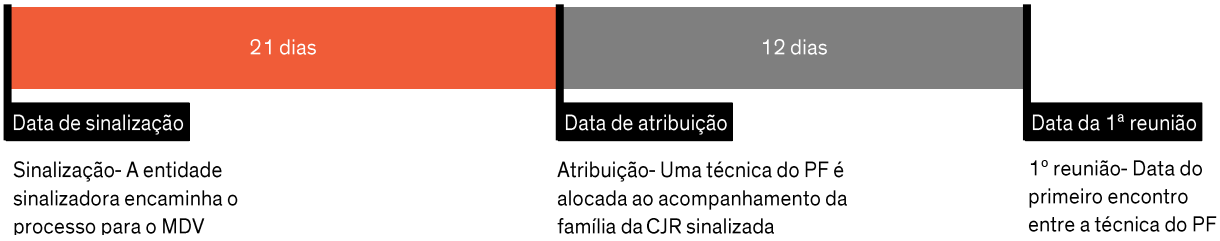


Figura 3 – Tempo médio decorrido entre sinalização, atribuição da família a uma técnica e primeira reunião com a família.
Fonte: MAZE, a partir de dados partilhados pelo MDV.

[3] No contexto do TIS, ficou definido que não seriam contabilizadas CJR a passar pela intervenção pela segunda ou mais vezes. No entanto, uma vez que havia capacidade de resposta, sempre que pertinente, o acompanhamento das respetivas famílias foi assegurado pela equipa técnica do projeto.

[4] No contexto do TIS, ficou definido que famílias que desistissem da intervenção durante as primeiras quatro semanas não seriam contabilizadas.

Fase intensiva de seis semanas

Contactos entre a técnica do Projeto Família e a família - Durante a fase intensiva, houve, em média, 6 contactos semanais com cada família. Estes contactos representaram uma média de 12 horas por semana, por família. Os contactos cara-a-cara foram os mais expressivos e representaram mais de 80% de todo o tempo de contacto durante a intervenção intensiva.

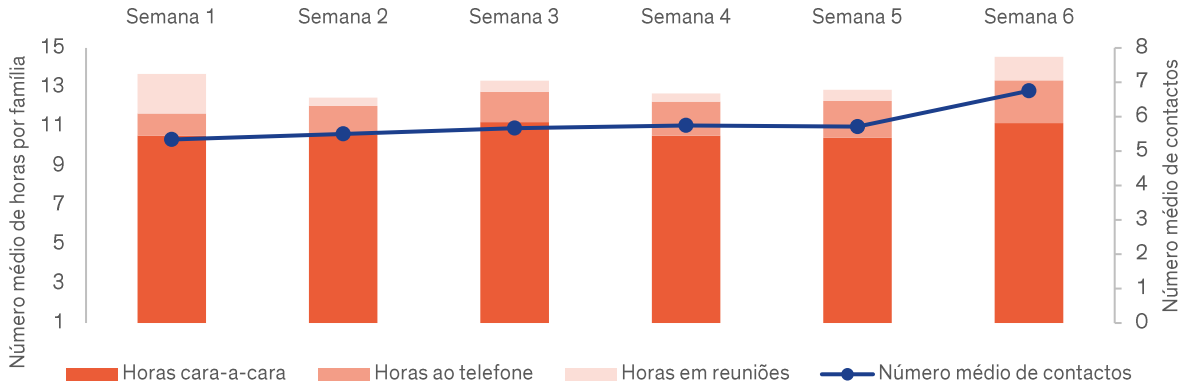


Figura 4 - Contactos entre as técnicas do PF e as famílias. Fonte: MAZE, a partir de dados partilhados pelo MDV através do AidHound.

Identificação de riscos - Até à data, os riscos identificados mais frequentemente pelas técnicas do Projeto Família nos formulários de gestão de desempenho são:

- Pais - Estilos/Padrão de comunicação desadequados
- Pais - Desemprego
- Pais - Instabilidade emocional
- Filhos - Problemas associados à escola
- Fragilidades económicas

Definição de objetivos - Todas as semanas a técnica da família define objetivos prioritários. Alguns dos objetivos têm uma natureza instrumental para a intervenção: estabelecimento da relação com a família, escuta de problemáticas e esclarecimento de dúvidas sobre a intervenção. À exceção destes, os objetivos mais frequentes são:

- Trabalhar imposição de regras e limites e assertividade
- Trabalhar gestão emocional
- Trabalhar questões relacionadas com a Escola
- Trabalhar gestão de conflitos

Período de follow-up e observação de preservação em seio familiar

Até à data apenas foi feito o último follow-up (12 meses após o fim da intervenção intensiva) com 28 famílias pelo que uma análise mais detalhada desta fase da intervenção será partilhada no relatório final.

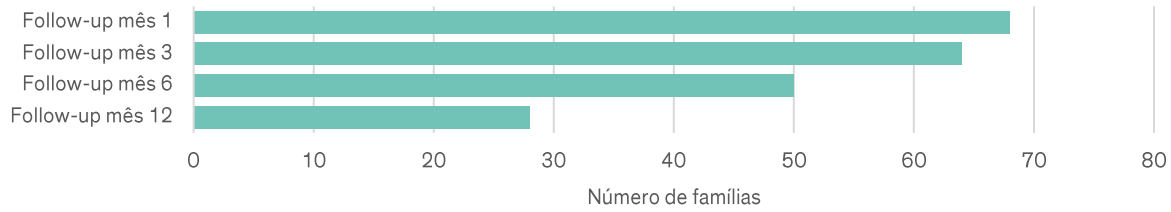


Figura 5 - Número de famílias com follow-ups realizados. Fonte: MAZE, a partir de dados partilhados pelo MDV através do AidHound.

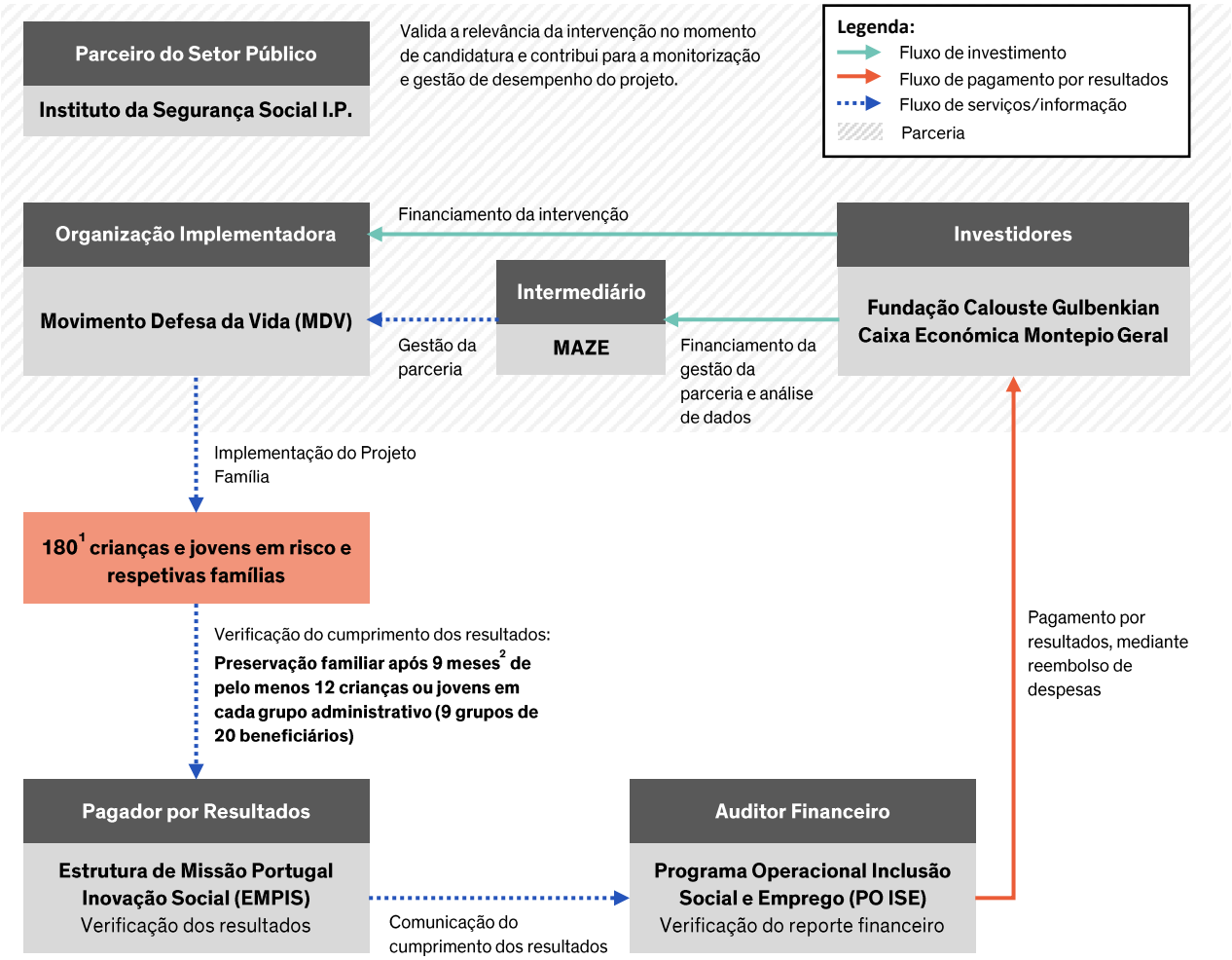
À data deste relatório, todas as famílias do projeto tinham terminado a intervenção intensiva. Para as últimas famílias a passar pelo Projeto Família, será possível observar o resultado de preservação a partir de outubro de 2020.

Modelo de Financiamento: Título de Impacto Social

Estrutura do TIS

Um Título de Impacto Social (TIS) é um tipo de contrato por resultados que utiliza financiamento de investidores sociais para cobrir os custos de implementação de determinada intervenção, neste caso, o Projeto Família. O setor público define, em conjunto com os parceiros privados, resultados concretos e mensuráveis a atingir e os investidores são reembolsados pelo seu investimento se, e só se, esses resultados forem atingidos.

No TIS Projeto Família, o projeto foi financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e pelo Banco Montepio. Este financiamento cobriu os custos de implementação do Projeto Família pelo MDV e de gestão de desempenho pela MAZE. Mediante o cumprimento dos resultados, a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS) reembolsa os investidores. O custo total do projeto está estimado em 433.276,00 € tal como o potencial reembolso aos investidores, colocando o teto da taxa interna de retorno para os investidores em 0%. É relevante ressalvar que os investidores têm um retorno indireto como resultado de um incentivo fiscal que permite reconhecer como gasto 130% do valor total despendido em cada período de tributação, independentemente do eventual reembolso futuro.



[1]Inicialmente previa-se que o Projeto Família trabalharia com as famílias de 216 crianças e jovens em risco (CJR), divididos em nove grupos administrativos de 24 CJR cada. No entanto, para mitigar atrasos nas sinalizações e consequente atraso no projeto, foi negociada com a EMPIS a redução de cada grupo para 20 CJR, resultando num número total de 180 beneficiários. [2]Inicialmente previa-se que o resultado de não institucionalização fosse verificado 12 meses após o fim da fase intensiva. No entanto, pelas razões antes referidas, foi negociada com a EMPIS a verificação do resultado ao fim de 9 meses após o fim da fase intensiva.

Figura 6 - Estrutura do Título de Impacto Social Projeto Família.
Fonte: MAZE.

Resultados contratualizados

Em linha com o objetivo da intervenção, o indicador de resultado definido para o TIS foi a preservação familiar de crianças e jovens em risco. Este indicador enquadra-se numa das temáticas prioritárias para o Governo Português, identificada pela EMPIS: Famílias Sustentáveis.

À data da candidatura, previa-se que o Projeto Família trabalharia com as famílias de 216 crianças e jovens em risco (CJR), divididos em nove grupos administrativos de 24 CJR cada. No entanto, para mitigar atrasos nas sinalizações e consequente atraso no projeto, foi negociada com a EMPIS a redução de cada grupo para 20 CJR, resultando num número total de 180 beneficiários.

Resultado contratualizado para cada um dos nove grupos administrativos:
Preservação familiar de um mínimo de12 CJR, durante os 9 meses após o final da fase intensiva da intervenção.

Inicialmente previa-se que o resultado de não institucionalização fosse verificado 12 meses após o fim da fase intensiva. No entanto, pelas razões antes referidas, foi negociada com a EMPIS a verificação do resultado ao fim de 9 meses após o fim da fase intensiva.

Apesar da negociação do tamanho dos grupos, o número absoluto de 12 CJR nos resultados contratualizados não foi alterado. Isto significa que a taxa de preservação familiar necessária para atingir o resultado passou de 50% (12 em 24) para 60% (12 em 20). Esta alteração aumentou o risco de incumprimento de resultados e consequentemente o risco financeiro para os investidores.

Até à data, o Projeto Família tem cumprido os resultados a que se propôs. Os parceiros já apresentaram a evidência relativa aos três primeiros resultados onde se verificaram duas institucionalizações no primeiro e segundo resultado e zero no terceiro, colocando a taxa de sucesso nos 93%. A evidência relativa aos grupos 4 e 5 ainda está a ser recolhida, mas espera-se que os dois resultados sejam atingidos com taxas de sucesso de 65% e 100%, respetivamente.

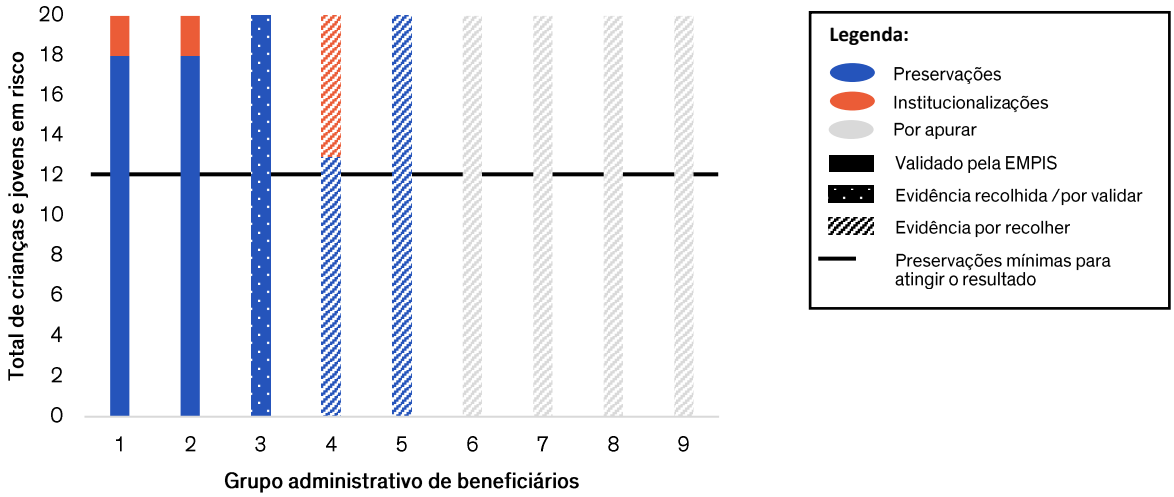


Figura 7 - Resultados até à data.
Fonte: MAZE.

Calendário de execução da intervenção

A falta de recursos e pressão operacional dentro das entidades sinalizadoras levou a atrasos nas sinalizações e, consequentemente, foi o principal motivo de atrasos na execução da intervenção.
De acordo com o planeamento, o TIS Projeto Família decorre de julho de 2017 até outubro de 2020.
A equipa do projeto recebeu em julho de 2017 as primeiras sinalizações, tal como calendarizado na candidatura.

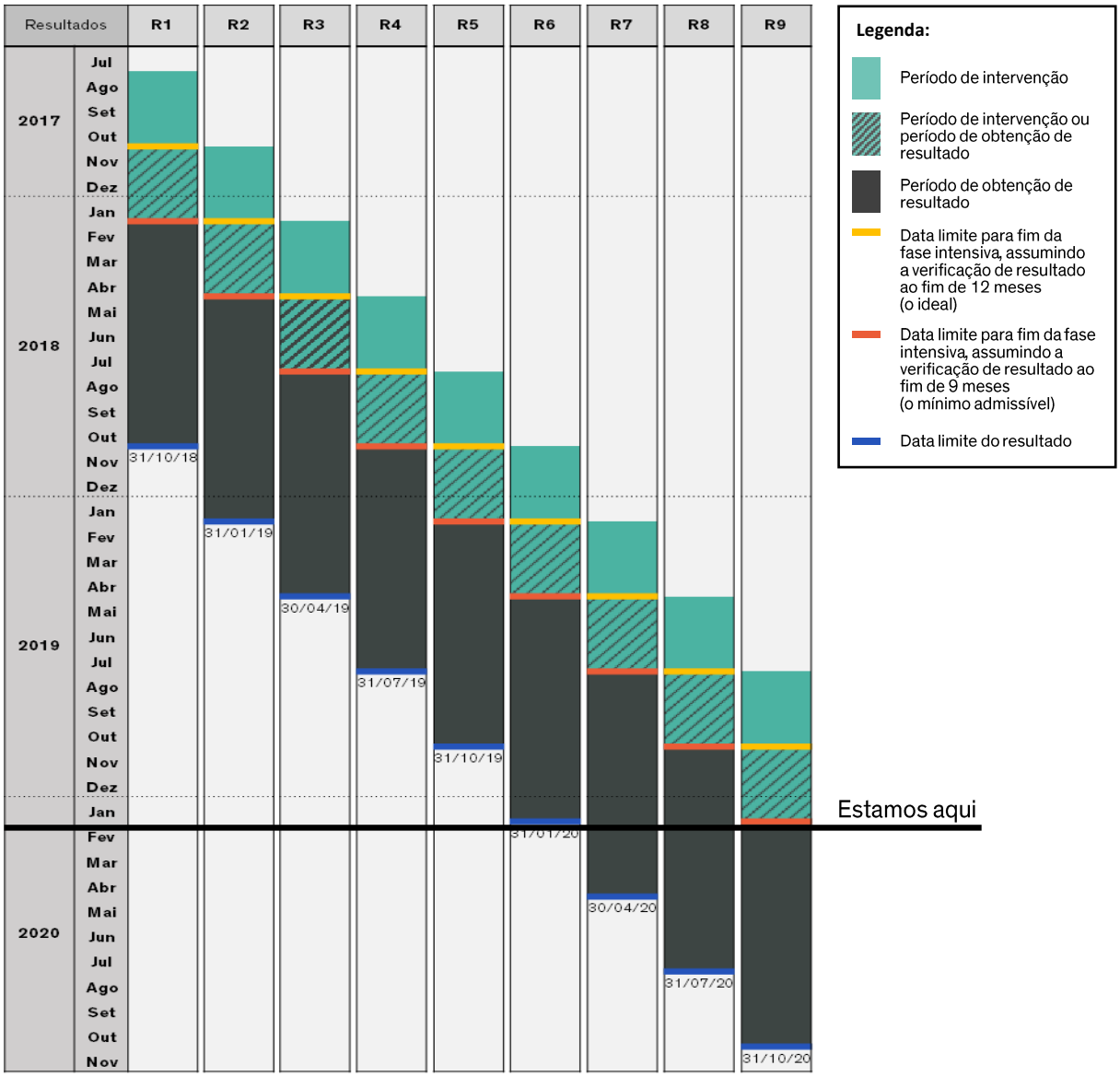


Figura 8 - Calendário de execução do TIS Projeto Família.
Fonte: MAZE.

O MDV recrutou uma equipa de raiz para este projeto. Esta decisão trouxe maior flexibilidade à implementação da intervenção implicando, no entanto, uma maior presença e supervisão por parte do MDV, nos primeiros meses do projeto.

De acordo com a estrutura da intervenção, o projeto está dependente de um fluxo consistente de sinalizações encaminhadas pelas CPCJs, EMATs e Tribunais. A calendarização inicial do projeto previa que cada técnica do Projeto Família estivesse continuamente a acompanhar 2 famílias em fase intensiva.
No entanto, as entidades sinalizadoras não encaminharam sinalizações com a rapidez prevista. Isto resultou em momentos em que uma ou mais técnicas do Projeto Família estiveram a trabalhar intensivamente com

uma única família. Esta situação levantou o risco de incumprimento do calendário do projeto e, consequentemente, de incumprimento dos resultados. Os parceiros do projeto tomaram várias iniciativas para gerir este risco:

Medidas internas	Medidas externas
a) **Reuniões e contactos extraordinários** com as entidades sinalizadoras para as sensibilizar para a existência do projeto e importância do encaminhamento atempado de sinalizações. Este esforço por parte da equipa do TIS teve uma frequência quase semanal e desenrolou-se entre novembro de 2017 e outubro de 2019. b) A reunião de parceiros de março de 2019 teve lugar na sede do Instituto da Segurança Social do Porto, com o objetivo de **dar a conhecer a estrutura do TIS e os seus resultados provisórios a todas as equipas técnicas** e aumentar o encaminhamento de sinalizações. c) Em alturas de maior influxo de sinalizações, a equipa técnica do TIS procurou **minimizar o período de transição entre famílias**. Para este fim, as técnicas iniciaram algumas das questões logísticas de trabalhar com uma nova família (agendamentos, assinatura de acordos familiares, etc.) a partir da 4ª semana de intervenção intensiva com a família anterior. d) A pressão para o cumprimento de resultados forçou o PF a trabalhar com famílias fora do perfil ideal, estabelecido pelo MDV. A resposta a estas emergências criou a oportunidade para testar se a intervenção desenvolvida pelo MDV tem melhores probabilidade de sucesso quando os critérios de seleção da família são respeitados.	a) Foi negociada com a EMPIS a **verificação do resultado ao fim de 9 meses** – e não 12 - após o fim da fase intensiva nos casos de CJR onde a intervenção começou mais tarde do que esperado. Nestes casos esperar 12 meses levaria a que a verificação do resultado caísse após a data limite. b) Foi negociada com a EMPIS a **redução de cada um dos grupos administrativos** de 24 CJR para 20 CJR, resultando num número total de 180 beneficiários e permitindo recuperar algum do atraso acumulado. c) Foi negociada com a EMPIS a **extensão do projeto a Gaia**. Ao aumentar a abrangência geográfica do TIS, e consequentemente o número de entidades sinalizadoras, o MDV esperava aumentar o fluxo de sinalizações e diminuir o atraso do calendário.

A combinação de todas estas medidas permitiu mitigar o risco associado ao calendário de execução do projeto.

A falta de sinalizações levou os parceiros a questionar a pertinência do projeto na área do Porto. No entanto, foi várias vezes reforçado, quer por representantes da Segurança Social nas reuniões de parceiros, quer pelas entidades sinalizadoras, que esta é uma resposta social essencial. Foi sublinhado por estes interlocutores que há um elevado número de crianças e jovens com medidas de promoção e proteção, no distrito do Porto, que beneficiariam desta intervenção. As inconsistências no fluxo de sinalizações foram atribuídas a desafios operacionais das entidades sinalizadoras e, pontualmente, a desconhecimento do projeto.

Pedidos de reembolso

A exigência do reporte financeiro associado aos pedidos de reembolso tem absorvido uma enorme quantidade de recursos das equipas do MDV e da MAZE. O atraso geral no reporte de resultados e pedidos de reembolso resulta essencialmente da exigência do reporte financeiro do projeto e de longos períodos de resposta por parte do PO ISE.

O processo de pedido de reembolso

No contexto do fundo de pagamento por resultados da EMPIS, o reembolso do investimento depende não só do cumprimento dos resultados, mas também do reporte de todas as despesas incorridas durante o período de intervenção. Verificados os resultados, só é pago aos investidores o montante correspondente a despesas incorridas pelos prestadores de serviços (MAZE e MDV) e consideradas elegíveis pelo PO ISE.

O reporte físico e financeiro deste TIS é feito através da plataforma Balcão2020, a plataforma informática que gere todos os financiamentos associados a Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Para cada resultado atingido é feito o pedido de reembolso do montante associado. Em cada pedido de reembolso os prestadores de serviços têm de:

- Reportar todas as despesas incorridas durante o período correspondente (encargos com pessoal, aquisição de bens e serviços e despesas gerais);
- Prestar evidência adicional para uma amostra de 30 dessas despesas[5];
- Reportar sobre a execução física do projeto;
- Apresentar os comprovativos de resultado.

A Figura 9 ilustra o típico processo de pedido de reembolso.

A análise da evidência física da intervenção e validação do cumprimento do resultado é feita pela EMPIS. Cumprido o resultado, segue-se a verificação do reporte financeiro e elegibilidade de despesas pelo PO ISE.

Aprovados os resultados e validado o reporte financeiro é feito o pagamento aos investidores, com ou sem redução de montante devido a despesas consideradas não elegíveis.

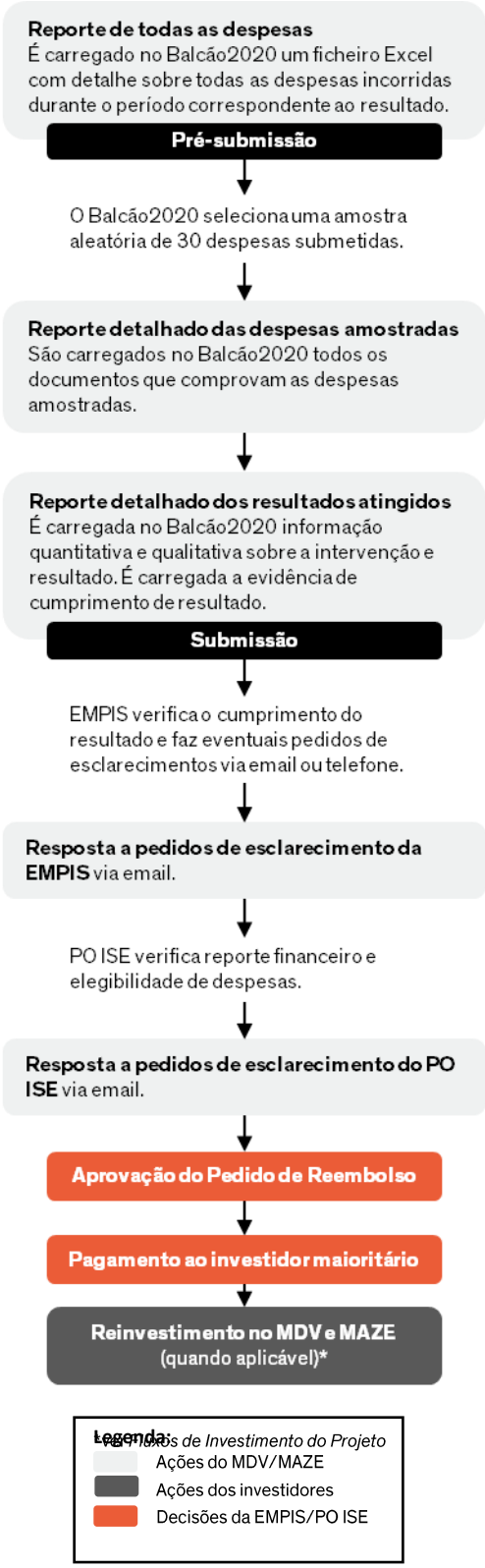


Figura 9 - Processo de pedido de reembolso. Fonte: MAZE.

[5] Esta evidência adicional depende da natureza das despesas. A título de exemplo, para uma única despesa com salário é necessário apresentar: 1) Recibo de vencimento, 2) Mapa de horas alocadas ao projeto nesse mês, 3) Mapa de cálculo do valor imputado, 4) comprovativo de pagamento de salário, 5) Declaração Mensal de Remunerações da Segurança Social, 6) Comprovativo de pagamento da Segurança Social, 7) Declaração Mensal de Remunerações para IRS, 8) Comprovativo de pagamento de IRS.

O pagamento contra despesas e reporte financeiro ao PO ISE é um requisito para o cumprimento dos regulamentos do Fundo Social Europeu, que financia parte do fundo de pagamento por resultados da EMPIS. No entanto, o nível de detalhe do reporte e auditoria financeira praticado nos pedidos de reembolso representa um processo burocrático intenso, que consome uma quantidade desproporcional do tempo das organizações envolvidas nos TIS.

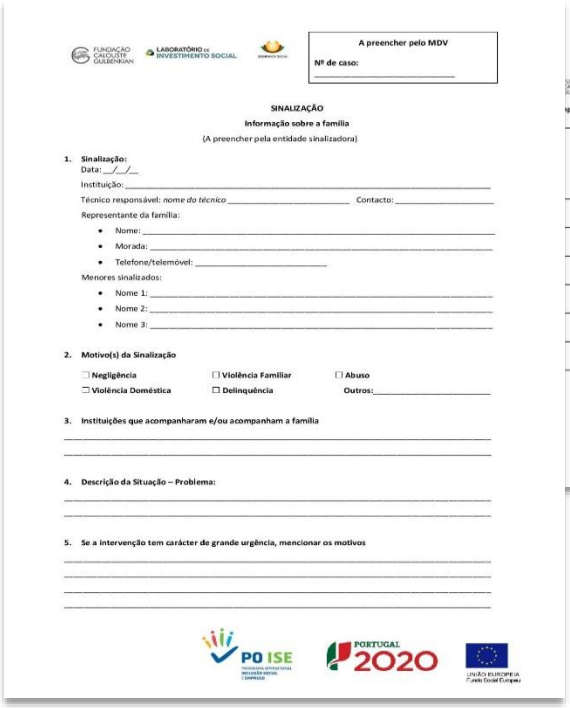
O reporte físico

Neste momento, o PF está a trabalhar com as últimas CJR, que constituirão o nono e último grupo administrativo.

O reporte dos resultados depende da recolha da evidência física, aprovada na candidatura do TIS. Para cada CJR ser contabilizado para o TIS, o MDV precisa de recolher os seguintes documentos:

A. Ficha de Sinalização: Preenchida por um técnico numa das entidades sinalizadoras. Este documento lista todos os menores sinalizados em determinada família, descreve a situação e detalha a composição do agregado familiar.
B. Acordo Familiar: acordo assinado por um representante da família, que assume uma posição parental, ratificando que foi informado da metodologia de Intervenção do Projeto Família, e que concorda em participar na intervenção.
C. Avaliação Final da Intervenção: autoavaliação a preencher pela família sobre a pertinência e eficácia da intervenção.
D. Comprovativo de Resultado: documento desenvolvido para servir de comprovativo de evidência dos resultados alcançados pelo TIS PF. Este documento verifica a situação das CJR, depois de um período mínimo de 9 meses após o fim do período de intervenção intensiva junto da família. O documento é assinado por um representante da respetiva entidade sinalizadora.

A. Ficha de Sinalização



A preencher pelo MDV

Nº de caso: _____

SINALIZAÇÃO

Informação sobre a família

(A preencher pela entidade sinalizadora)

1. Sinalização:
Data: __/__/__
Instituição: _____
Técnico responsável: *nome do técnico* _____ Contacto: _____
Representante da família:
- Nome: _____
- Morada: _____
- Telefone/telemóvel: _____

Menores sinalizados:
- Nome 1: _____
- Nome 2: _____
- Nome 3: _____

2. Motivo(s) da Sinalização
☐ Negligência ☐ Violência Familiar ☐ Abuso
☐ Violência Doméstica ☐ Delinquência Outros: _____

3. Instituições que acompanharam e/ou acompanham a família
_____

4. Descrição da Situação – Problema:
_____

5. Se a intervenção tem carácter de grande urgência, mencionar os motivos
_____

posição do agregado familiar:

Nome	Parentesco	Nº Identificação (BI/Passaporte)	Nº Segurança Social (NISS)	Nº Contribuinte (NIF)	Data de Nascimento	Nacionalidade	Escolaridade	O(s) menor(es) têm medida de promoção e protecção/ medida tutelar educativa aplicada? Qual?

7. Especificar as mudanças que a família terá de realizar para que as crianças possam permanecer em casa em condições de segurança
_____

8. Já alguma vez a família foi confrontada com a hipótese ou com a perda efectiva da tutela dos filhos? ☐ SIM ☐ NÃO

9. Observações
_____

Data: _____

_____
(O Técnico Responsável)

Os dados pessoais recolhidos neste formulário são tratados pelo MDV – Movimento de Defesa da Vida e destinam-se à administração e gestão para efeitos estatísticos e, bem assim, ao desenvolvimento de acções de promoção de futuras actividades do MDV. Os dados pessoais – identificação e contactos – poderão ser divulgados para efeitos de eventual auscultação pelo Sistema de Acreditação e pela Segurança Social. Todos os campos são de preenchimento obrigatório. O titular dos dados tem o direito de aceder aos seus dados pessoais, bem como proceder à rectificação dos mesmos, se necessário, mediante pedido escrito para o seguinte morada: Rua da Beneficência, nº7, 1050-034 Lisboa.

A **Ficha de Sinalização** inclui informação sobre os motivos de sinalização do(s) menor(s), as instituições que acompanham/acompanharam a família e a composição do agregado familiar. Inclui ainda detalhes sobre a situação em questão e outras observações.
Preenchido pelo(a) técnico(a) da entidade sinalizadora.

B. Acordo Familiar

Movimento em Defesa da Vida

Acordo Familiar

Eu, _____ fui informado/a sobre a metodologia de intervenção do Projeto Família e venho desta forma concordar com a intervenção do MDV-Norte.

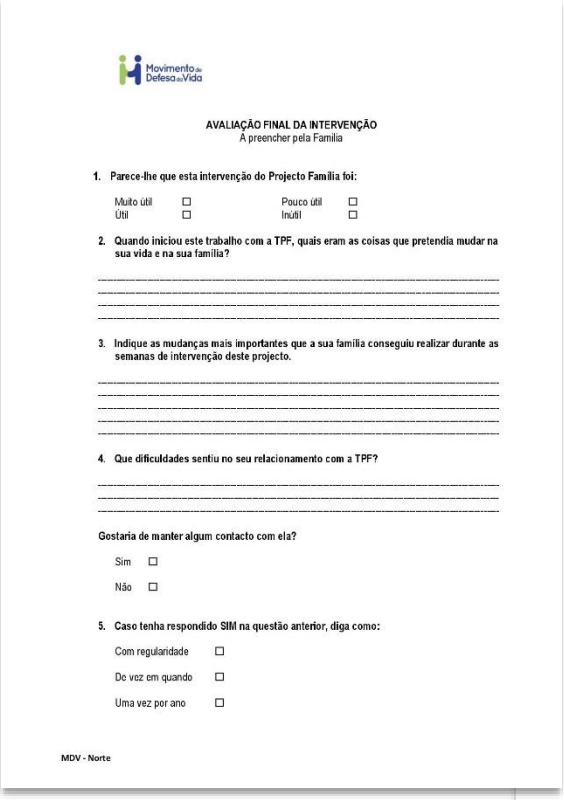
Local: _____ **Data:** __/__/_____

Pela Família: **Pelo MDV-Norte:**

_____ _____

O **Acordo Familiar** é assinado entre a família e a técnica do Projeto Família e marca o início da intervenção intensiva.

C. Avaliação Final da Intervenção



Movimento em Defesa da Vida

AVALIAÇÃO FINAL DA INTERVENÇÃO
A preencher pela Família

1. **Parece-lhe que esta intervenção do Projecto Família foi:**

   Muito útil ☐ Pouco útil ☐
   Útil ☐ Inútil ☐

2. **Quando iniciou este trabalho com a TPF, quais eram as coisas que pretendia mudar na sua vida e na sua família?**

   _____
   _____
   _____
   _____

3. **Indique as mudanças mais importantes que a sua família conseguiu realizar durante as semanas de intervenção deste projecto.**

   _____
   _____
   _____
   _____
   _____

4. **Que dificuldades sentiu no seu relacionamento com a TPF?**

   _____
   _____
   _____

Gostaria de manter algum contacto com ela?

Sim ☐

Não ☐

5. **Caso tenha respondido SIM na questão anterior, diga como:**

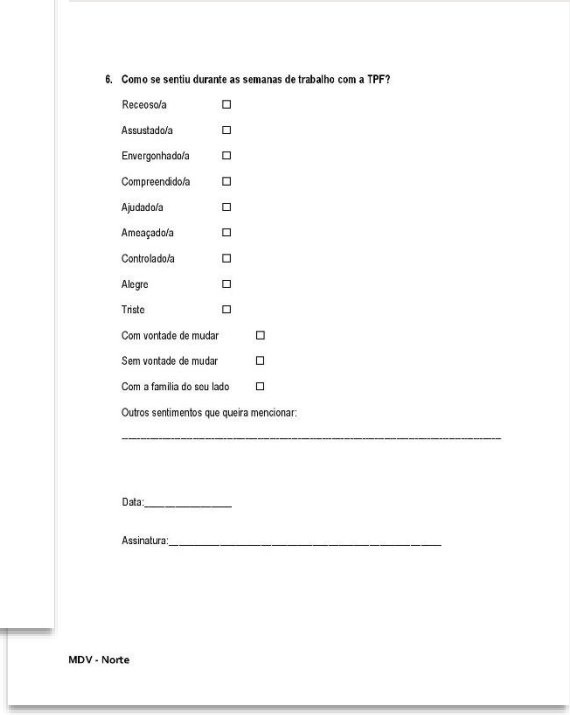
   Com regularidade ☐

   De vez em quando ☐

   Uma vez por ano ☐

MDV - Norte

A **Avaliação Final da Intervenção** é preenchida pela família no final da fase intensiva. Este documento inclui a avaliação da utilidade e eficácia da intervenção, reflete a vontade de manter o contacto com o Projeto Família e os sentimentos predominantes durante a intervenção intensiva.



6. **Como se sentiu durante as semanas de trabalho com a TPF?**

   Receoso/a ☐

   Assustado/a ☐

   Envergonhado/a ☐

   Compreendido/a ☐

   Ajudado/a ☐

   Ameaçado/a ☐

   Controlado/a ☐

   Alegre ☐

   Triste ☐

   Com vontade de mudar ☐

   Sem vontade de mudar ☐

   Com a família do seu lado ☐

   Outros sentimentos que queira mencionar:

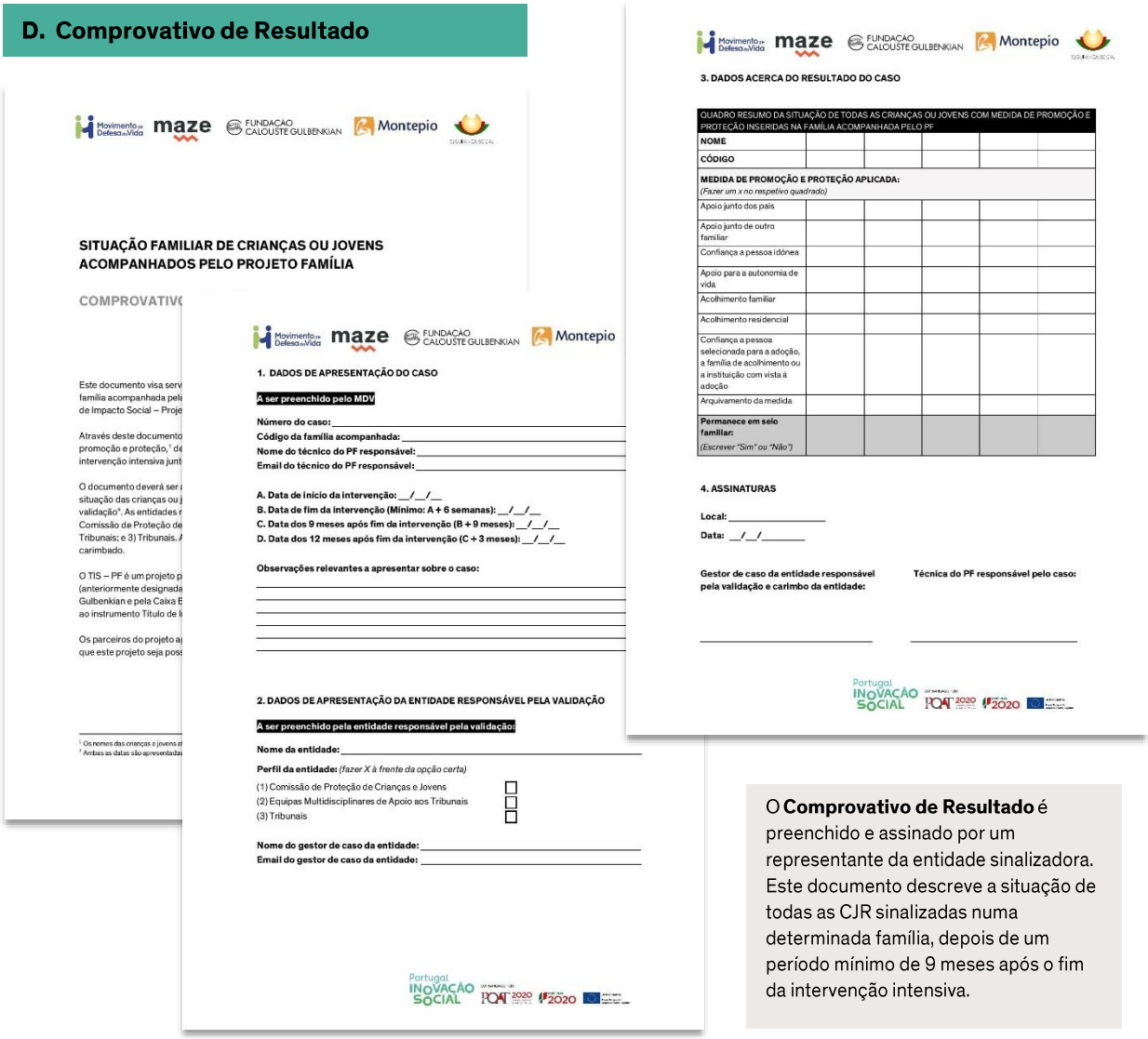
   _____

   Data:_____

   Assinatura:_____

MDV - Norte

D. Comprovativo de Resultado



SITUAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS OU JOVENS ACOMPANHADOS PELO PROJETO FAMÍLIA

COMPROVATIVO

1. DADOS DE APRESENTAÇÃO DO CASO

A ser preenchido pelo MDV

Número do caso: _____
Código da família acompanhada: _____
Nome do técnico do PF responsável: _____
Email do técnico do PF responsável: _____

A. Data de início da intervenção: __/__/__
B. Data de fim da intervenção (Mínimo: A + 6 semanas): __/__/__
C. Data dos 9 meses após fim da intervenção (B + 9 meses): __/__/__
D. Data dos 12 meses após fim da intervenção (C + 3 meses): __/__/__

Observações relevantes a apresentar sobre o caso:

2. DADOS DE APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA VALIDAÇÃO

A ser preenchido pela entidade responsável pela validação:

Nome da entidade: _____

Perfil da entidade: *(fazer X à frente da opção certa)*

(1) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ☐
(2) Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais ☐
(3) Tribunais ☐

Nome do gestor de caso da entidade: _____
Email do gestor de caso da entidade: _____

3. DADOS ACERCA DO RESULTADO DO CASO

QUADRO RESUMO DA SITUAÇÃO DE TODAS AS CRIANÇAS OU JOVENS COM MEDIDA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO INSERIDAS NA FAMÍLIA ACOMPANHADA PELO PF					
NOME					
CÓDIGO					
MEDIDA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO APLICADA: *(Fazer um x no respetivo quadrado)*					
Apoio junto dos pais					
Apoio junto de outro familiar					
Confiança a pessoa idónea					
Apoio para a autonomia de vida					
Acolhimento familiar					
Acolhimento residencial					
Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção					
Arquivamento da medida					
Permanece em selo familiar: *(Escrever "Sim" ou "Não")*					

4. ASSINATURAS

Local: _____
Data: __/__/_____

Gestor de caso da entidade responsável pela validação e carimbo da entidade: _____

Técnica do PF responsável pelo caso: _____

O **Comprovativo de Resultado** é preenchido e assinado por um representante da entidade sinalizadora. Este documento descreve a situação de todas as CJR sinalizadas numa determinada família, depois de um período mínimo de 9 meses após o fim da intervenção intensiva.

O comprovativo de resultado é o documento que verifica o resultado contratualizado no Título de Impacto Social.

O reporte financeiro

O orçamento total aprovado para o TIS PF foi 433.276,00€, distribuído em nove períodos, associados ao cumprimento dos nove resultados contratualizados. As despesas reportadas em cada pedido de reembolso, devem corresponder, tanto quanto possível, aos respetivos montantes orçamentados.

Pedido de Reembolso	Período de despesas a submeter		
	Início	Fim	Total do Resultado
PR 1	24/07/2017	31/10/2018	**168 278,00 €**
PR 2	01/11/2018	31/01/2019	**33 013,00 €**
PR 3	01/02/2019	30/04/2019	**35 394,00 €**
PR 4	01/05/2019	31/07/2019	**36 784,00 €**
PR 5	01/08/2019	31/10/2019	**36 584,00 €**
PR 6	01/11/2019	31/01/2020	**33 908,00 €**
PR 7	01/02/2020	30/04/2020	**33 908,00 €**
PR 8	01/05/2020	31/07/2020	**23 660,00 €**
PR 9	01/08/2020	31/10/2020	**31 747,00 €**
		Totais	**433 276,00 €**

Figura 10 - Plano orçamental submetido em candidatura.
Fonte: MAZE, adaptado do orçamento submetido em candidatura.

No Pedido de Reembolso 1 foram submetidas despesas no total de €169.118,47. Das despesas submetidas, €1.665,21 foram consideradas não elegíveis. Uma vez que foram imputadas despesas acima do orçamento, o corte efetivo face ao valor orçamentado foi de apenas €824,74. O PR1 foi aprovado em setembro de 2019 e a FCG foi reembolsada no valor de €167.453,26 no mês seguinte.
No PR2 e PR3 foram também submetidas despesas ligeiramente acima do valor orçamentado. À data de fecho deste documento os parceiros estavam a aguardar pela análise financeira do PO ISE.

Pedido de Reembolso	Orçamento	Execução				
	Total do Resultado	Despesas submetidas	Execução Orçamental	Despesas aprovadas	Despesas cortadas	Perda face ao orçamento aprovado
PR 1	**168 278,00 €**	169 118,47 €	**+** 840,47 €	**167 453,26 €**	1 665,21 €	**824,74 €**
PR 2	**33 013,00 €**	33 911,12 €	**+** 898,12 €	*Por determinar*	*Por determinar*	*Por determinar*
PR 3	**35 394,00 €**	35 837,34 €	**+** 443,34 €	*Por determinar*	*Por determinar*	*Por determinar*

Figura 11 - Execução orçamental e aprovação de despesas pelo PO ISE.
Fonte: MAZE, adaptado da informação disponível no Balcão2020 e Notificações de Audiência Prévia recebidas pelos investidores.

Note-se que no caso dos TIS no contexto do fundo de pagamento de resultados da EMPIS, os investidores estão sujeitos a dois tipos de risco financeiro:

- Como em todos os TIS, os investidores não são reembolsados caso os resultados não sejam cumpridos.
- Por outro lado, os investidores estão sujeitos a perdas devido a despesas cortadas pelo PO ISE. Sendo que o reporte dessas despesas e cumprimento de todas as normativas do PO ISE recaem sobre os prestadores de serviços e os investidores têm apenas controlo limitado sobre esse processo.

Os atrasos na submissão dos pedidos de reembolso

Os pedidos de reembolso correspondentes ao cumprimento dos três primeiros resultados foram submetidos, com um atraso de vários meses, face à calendarização inicial. O Pedido de Reembolso 1 foi submetido em março de 2019, 4 meses após a data prevista.

O 4º e 5º pedido de reembolso ainda não foram submetidos apesar da sua submissão estar prevista para agosto e novembro de 2019, respetivamente.

Internamente, o atraso no processo do pedido de reembolso 1 (PR1) foi o principal responsável pelos atrasos na submissão de pedidos seguintes.

Figura 12 - Calendário dos pedidos de reembolso submetidos até à data. Fonte: MAZE.

Ao contrário do previsto na calendarização, a submissão definitiva do primeiro reembolso (R1), não ocorreu em novembro de 2018, mas 4 meses depois em março de 2019. Esta submissão seguiu duas tentativas de submissão, canceladas por erros de reporte.

No caso do PR1, a verificação dos resultados demorou um mês, no entanto, passaram-se 6 meses adicionais até ao pagamento aos investidores. O foco no reporte financeiro ocupou mais de 85% do período de análise. A demora da análise financeira reflete a capacidade de resposta do PO ISE (de acordo com a própria entidade), bem como a grande quantidade de documentação que foi necessário reunir para dar resposta aos pedidos de esclarecimento efetuados.

Fluxos de investimento do projeto

O calendário real de pagamento aos investidores atrasou-se muito relativamente ao que estava previsto à data da candidatura, em grande parte devido à exigência do reporte financeiro. Esse atraso inviabilizou o plano inicial de reciclagem de financiamento e obrigou os investidores a mobilizar capital imprevisto para garantir a sobrevivência do projeto.

Num TIS, o risco financeiro é desviado – total ou parcialmente - dos prestadores de serviços para os investidores. Os investidores do TIS Projeto Família fizeram um investimento inicial no MDV para cobrir as despesas de implementação dos primeiros 20 meses de intervenção.
O modelo financeiro do TIS foi desenhado numa lógica de reciclagem de financiamento. Foi planeado que os investidores reinvestissem nos prestadores de serviço os montantes reembolsados nos resultados 1, 2 e 3 (parcialmente), cobrindo os restantes custos de implementação até ao final da intervenção (com um montante residual adicional a ser transferido para o MDV no final da intervenção).

Figura 13 - Fluxos de caixa dos investidores e prestadores de serviço (planeamento).
Fonte: MAZE.

No entanto, o atraso na submissão e pagamento do primeiro reembolso tornou irrealista o cumprimento do plano inicial. O investimento inicial recebido pelo MDV para fazer face às despesas de implementação do projeto esgotavam-se no final de abril de 2019. Quando se tornou claro que o primeiro reembolso não iria ser recebido antes dessa data, a Fundação Calouste Gulbenkian, com o aval do Montepio, adiantou €105.191,00 ao MDV, o suficiente para cobrir mais 9 meses de implementação.

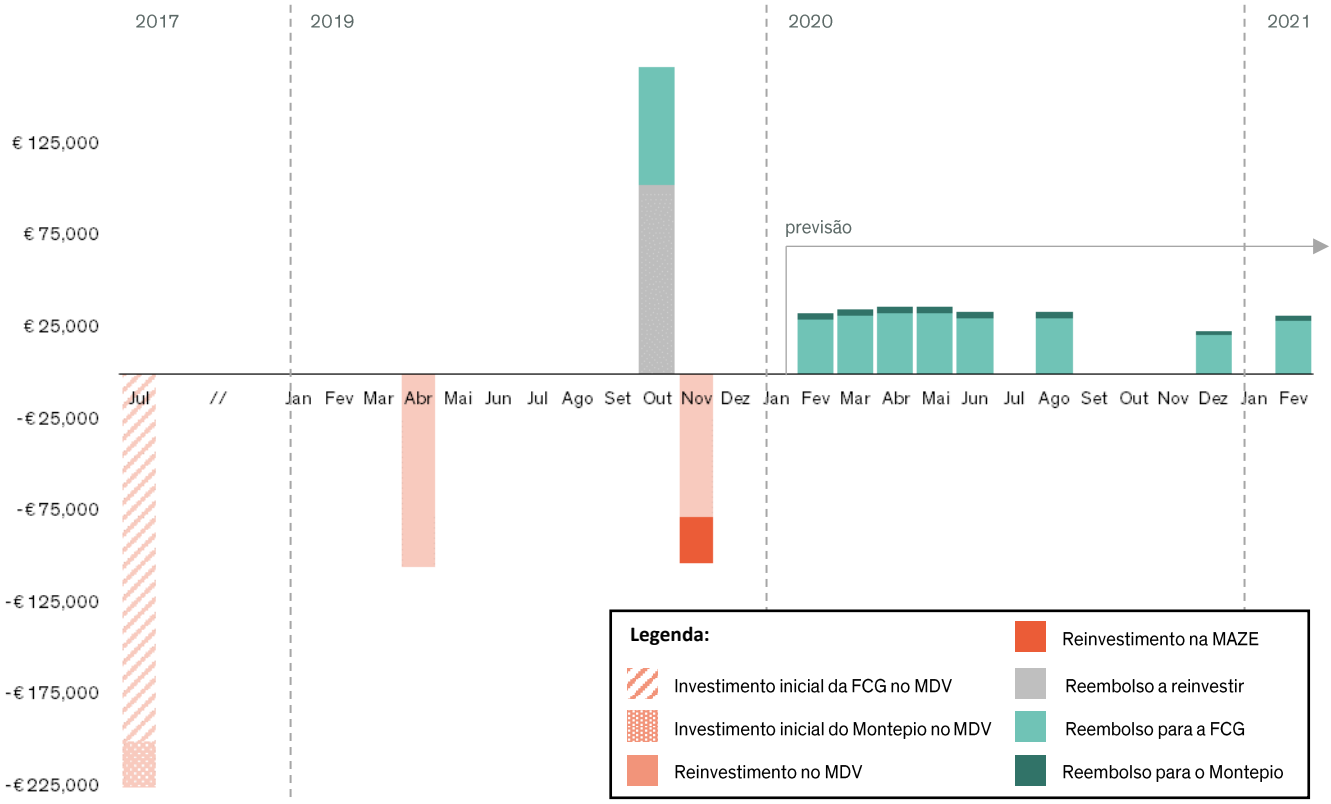


Figura 14 - Fluxos de caixa dos investidores e prestadores de serviço (execução).
Fonte: MAZE.

Quando em outubro de 2019 foi pago o primeiro reembolso, os investidores decidiram abandonar o plano de reciclagem de financiamento. Em novembro de 2019, a Fundação Calouste Gulbenkian transferiu para o MDV e para a MAZE os montantes em falta face ao orçamentado.

Com esta decisão, os investidores assumiram todos os tipos de risco financeiro associado ao projeto, não só o risco de incumprimento de resultados, mas também o risco associado a despesas consideradas não elegíveis e de sob execução orçamental. Isto significa que é possível e provável que mesmo num cenário em que todos os resultados sejam atingidos, os investidores não sejam reembolsados na totalidade do seu investimento.

As idiossincrasias relativamente ao risco financeiro dos TIS estruturados no contexto do fundo de pagamento por resultados da EMPIS poderão tornar-se um fator de alienação de potenciais investidores. Já que, mesmo num contexto em que os resultados são cumpridos, a taxa de retorno dos investidores pode ser negativa.

Gestão da parceria

De forma a garantir a gestão de desempenho do PF, a MAZE é responsável por implementar processos para gestão e monotorização de desempenho regular. Este acompanhamento permite que a MAZE comunique à restante parceria a evolução da implementação da intervenção e desenvolva estratégias de mitigação para os riscos do projeto. **Para além da gestão de desempenho prevista inicialmente, tendo em conta a exigência do reporte associado aos pedidos de reembolso, a MAZE apoia o MDV e os investidores na preparação, revisão e submissão de documentos financeiros.**

O processo de gestão de parceria ocorre em quatro categorias de interações: acompanhamento através do *AidHound*[6], pontos de situação com a equipa do MDV, reuniões de parceiros e interações relacionadas com os pedidos de reembolso.

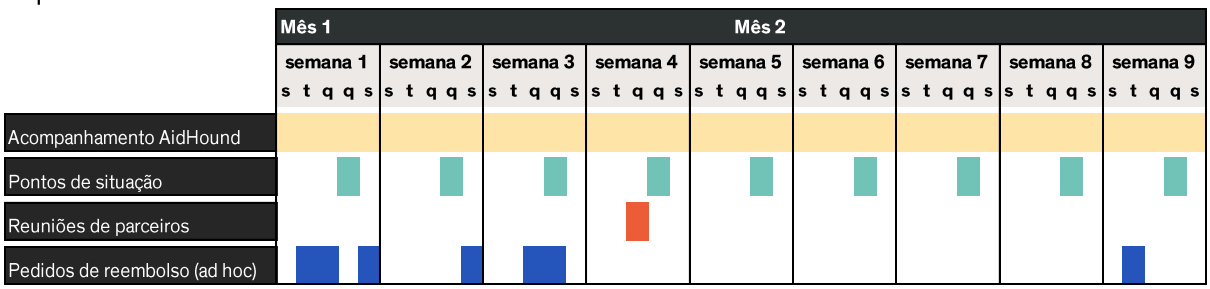


Figura 15- Estrutura de acompanhamento da intervenção do PF, exemplo ilustrativo. Fonte: MAZE.

<u>Acompanhamento através do *AidHound*</u>
Frequência: Contínuo
Descrição: A equipa técnica do MDV partilha informação codificada com a MAZE através da plataforma *Aidhound.* Esta informação inclui dados acerca do tipo de famílias acompanhadas, os problemas que as afetam e as estratégias implementadas para os adereçar.
Por cada família, a técnica do Projeto Família preenche um mínimo de12 formulários ao longo da intervenção (acrescido de um número variável de formulários de acordo com o número de contactos feitos com a família). Esta informação permite analisar a intervenção ao detalhe.

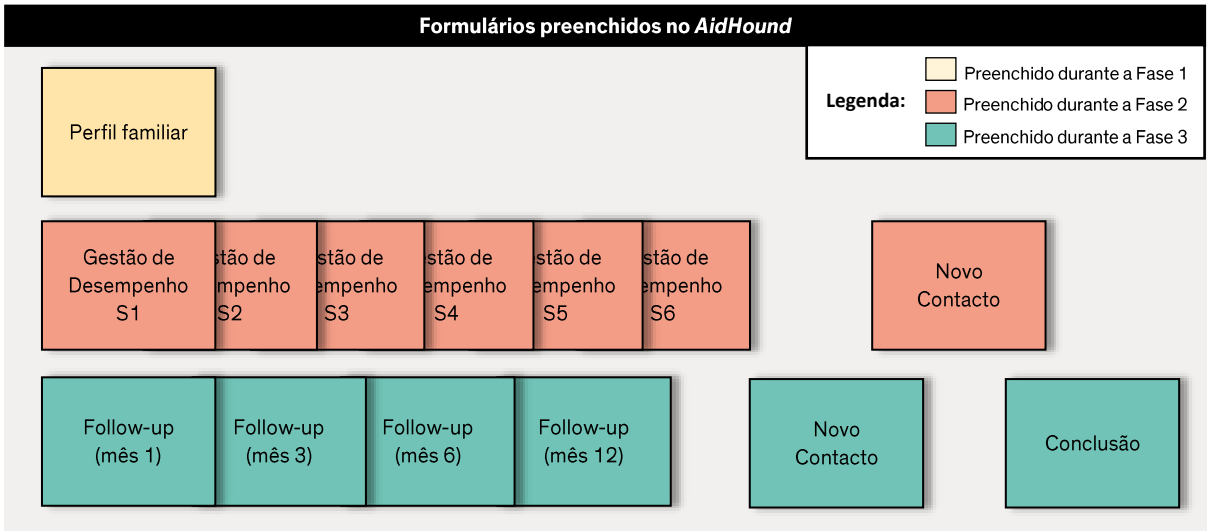


Figura 16 - Formulários preenchidos no AidHound por família. Fonte: MAZE.

O *Aidhound* permitiu registar o risco/grau de motivação de cada família. Como resultado desta recolha de dados foi possível trabalhar melhor com as famílias em situações mais críticas e menos envolvidas no programa, e aumentar os pontos de contacto pontuais com estas famílias durante o período de follow-up

[6] O AidHound é uma plataforma de gestão de dados desenhada para a área social. Esta plataforma é utilizada para registar, organizar e partilhar dados entre o MDV e a MAZE.

Pontos de situação com a equipa do MDV

Frequência: Semanal

Descrição: A MAZE e o MDV fazem pontos de situação semanais - cara-a-cara ou por telefone - para discutir a execução do projeto. Nestes contactos, a MAZE recolhe a perceção do MDV sobre o decorrer da intervenção no terreno e o nível de risco associado a cada uma das famílias em acompanhamento.

Os pontos de situação são momentos de discussão sobre desafios internos e externos e onde são trabalhadas as respetivas estratégias de mitigação.

Estes contactos são ainda úteis para planear e calendarizar responsabilidades relativas aos pedidos de reembolso.

Reuniões de parceiros

Frequência: Bimensal

Descrição: A MAZE dinamiza reuniões bimensais entre os investidores, o MDV e o Instituto da Segurança Social, para promover a comunicação entre os diferentes parceiros. Estas reuniões são particularmente relevantes para gerir as expectativas dos parceiros e co desenhar estratégias de mitigação para riscos identificados.

Até à data foram realizadas 11 reuniões de parceiros do TIS Projeto Família (Ver *Figura 17* para mais detalhes).

Documentos externos preparados:

Apresentação para reunião de parceiros

Apresentação para reunião de parceiros

Interações relacionadas com os pedidos de reembolso

Frequência: Variável

Descrição: Associadas ao calendário de pedidos de reembolso, estão uma série de reuniões e contactos extraordinários.

A nível interno, estas interações incluem a responsável pela equipa técnica do MDV no Porto, a gestora do projeto, a gestora financeira do MDV e a empresa de contabilidade do MDV. Em alguns casos incluem também a Fundação Calouste Gulbenkian no seu papel de investidor maioritário. A nível externo, estas interações estendem-se à EMPIS e ao PO ISE.

Tarefas realizadas pela MAZE:

- Organização e verificação de evidência de resultado.
- Preparação da apresentação resumo do resultado.
- Consolidação da listagem de despesas associadas ao resultado.
- Pré-submissão da listagem de despesas no Balcão2020.
- Preparação de *tracker* de evidência a recolher.
- Apoio na recolha de evidência relativa ao MDV.
- Recolha de evidência relativa à MAZE.
- Organização de evidência recolhida.
- Submissão de evidência física e financeira no Balcão2020.
- Articulação das respostas a pedidos de esclarecimentos feitos pela EMPIS e pelo PO ISE.

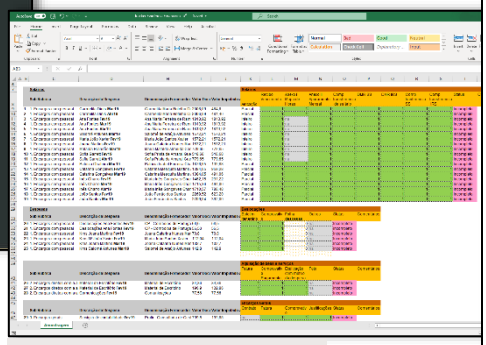
Reuniões de parceiros		
2017	Jul	
	Ago	
	Set	■
	Out	
	Nov	
	Dez	
2018	Jan	
	Fev	
	Mar	
	Abr	
	Mai	
	Jun	
	Jul	■
	Ago	
	Set	■
	Out	
	Nov	■
	Dez	
2019	Jan	■
	Fev	
	Mar	■
	Abr	
	Mai	■
	Jun	
	Jul	■
	Ago	
	Set	
	Out	■
	Nov	
	Dez	■
2020	Jan	
	Fev	■
	Mar	
	Abr	P
	Mai	
	Jun	P
	Jul	
	Ago	P
	Set	
	Out	P
	Nov	
	Dez	P

Legenda:
■ Reunião realizada
P Reunião planeada

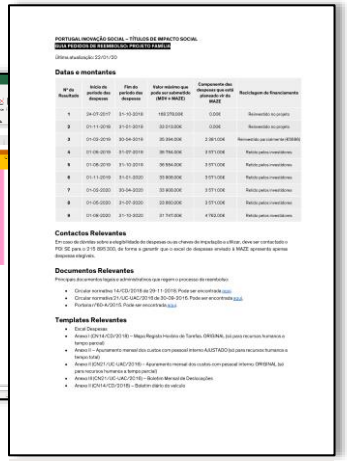
Figura 17 - Reuniões de parceiros realizadas. Fonte: MAZE.

Documentos externos preparados: Apresentação resumo do resultado; *tracker* de evidência financeira a recolher, guia de reporte financeiro nos pedidos de reembolso.

Apresentação resumo do resultado



Tracker de evidência financeira



Guia de reporte financeiro nos pedidos de reembolso

Os investidores

No TIS PF, a Fundação Calouste Gulbenkian assume o papel de investidor principal, face ao Montepio, uma vez que foi responsável por investir a maioria do montante inicial (cerca de 87,5%). Esta posição significa que a comunicação com a EMPIS e PO ISE é feita através da FCG. Também significa que é a FCG que recebe os reembolsos aprovados e os redistribui pelos prestadores de serviços e co investidor. A FCG assumiu ainda o adiantamento ao MDV, em abril e novembro de 2019. Tanto a FCG como o Montepio estiveram consistentemente envolvidos na intervenção e presentes nas reuniões de parceiros.

O Instituto da Segurança Social, I.P.

O Instituto da Segurança Social I.P. (ISS) teve vários representantes nas reuniões de parceiros ao longo do projeto, tendo estado presente em mais de 50% das reuniões. A contribuição do ISS foi instrumental para dinamizar a apresentação e reunião de parceiros de março de 2019 que teve lugar na sede do Centro Distrital da Segurança Social do Porto e permitiu apresentar o projeto a várias técnicas das EMATs.

O parceiro de setor público é crucial para garantir que as aprendizagens do projeto informam a política pública na área da proteção de crianças e jovens. Os próximos meses serão dedicados a garantir que isso acontece.

No caso de os resultados serem cumpridos, a expectativa que acompanhou a estruturação deste TIS, é de que a contratualização da metodologia Projeto Família (ou semelhante) se torne possível ou mais simples. No entanto, em 2020 a resposta deixará de estar disponível na zona Norte uma vez que não foi identificada nenhuma linha de financiamento adequada ao financiamento deste projeto[7].

No médio prazo, o futuro da metodologia Projeto Família como resposta sistematizada a CJR como medida de promoção e proteção continua incerto.

[7] O Estado Português sistematiza um conjunto de respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças e jovens em situação de perigo, através intervenções classificadas como Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) e respetivo acordo de prestação de serviços com o Estado. No entanto, o MDV Norte não tem um CAFAP protocolado no Porto. A expectativa do MDV é de que o mesmo não será possível em 2020 uma vez que há outra organização com um CAFAP protocolado na mesma região.

Próximos passos

Durante 2020, o MDV vai garantir o processo de follow-up das famílias que ainda estão a ser acompanhadas. A MAZE e o MDV vão continuar a trabalhar na evidência física e financeira para os seis pedidos de reembolso por submeter. O fim do projeto está previsto para dezembro de 2020, sendo a expectativa dos parceiros que haja um atraso de alguns meses face a esta data. Este atraso está relacionado com os pedidos de reembolso, verificados à data de janeiro de 2020.

Ainda que o título esteja a representar para todos os parceiros um sucesso em múltiplas vertentes, o reporte financeiro exaustivo tem sido uma fonte de grande preocupação para a parceria. A pressão operacional que esta estrutura impôs sobre a implementação do título tem obrigado a MAZE a dedicar uma parte desproporcional do tempo de gestão de desempenho à recolha e processamento de documentos associados ao reporte financeiro. Infelizmente, é a convicção da equipa de execução do projeto que este processo só se tornará marginalmente mais célere nos próximos pedidos de reembolso.

Um dos objetivos principais deste trabalho será o de informar política pública na área da proteção de crianças e jovens em risco. A importância da intervenção do PF para a Segurança Social foi reforçada pela mesma aquando da estruturação do título e tem sido reafirmada em reuniões de parceiros e junto de técnicos envolvidos diretamente no projeto desde então. A MAZE planeia desenvolver um briefing do projeto para a Segurança Social, transmitindo a urgência de melhorar o apoio a famílias com crianças e jovens em risco, através de uma metodologia de acompanhamento como a desenvolvida pelo PF.

O foco dos próximos meses é de garantir que todas as aprendizagens ao nível da intervenção e do instrumento de financiamento são registadas e partilhadas nos formatos mais adequados. Esta informação será partilhada com os parceiros, com o setor público e com o público em geral.

No final do projeto será preparada uma versão final deste relatório.